



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010108-32.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto**
 Requerente: **João Luiz Di Lorenzo Thomaz**
 Requerido: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Dispensável a abertura de fase instrutória no presente caso, vez que já houve a colheita de prova oral, inclusive com a oitiva de testemunhas presenciais, tanto na sindicância administrativa quanto no processo criminal. A repetição de oitivas viria de encontro aos princípios da economia processual, da duração razoável do processo, da eficiência e da celeridade, prestigiados com ainda maior ênfase nos juizados especiais, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.009/95.

Conforme precedente paradigmático do Superior Tribunal de Justiça: "(...) 9. Em vista das reconhecidas vantagens da prova emprestada no processo civil, é recomendável que essa seja utilizada sempre que possível, desde que se mantenha hígida a garantia do contraditório. No entanto, a prova emprestada não pode se restringir a processos em que figurem partes idênticas, sob pena de se reduzir excessivamente sua aplicabilidade, sem justificativa razoável para tanto. 10. Independentemente de haver identidade de partes, o contraditório é o requisito primordial para o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

aproveitamento da prova emprestada, de maneira que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo. (...)" (EResp 617.428/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, j. 04/06/2014).

A referida orientação veio a ser acolhida pelo novo CPC, cujo art. 372 estabelece: “o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório”.

Atente-se que o enunciado legal não exige que da outra lide tenham participado os mesmos litigantes, mencionando, isso sim, apenas a necessidade de observância do contraditório, quer dizer: oportunidade à parte de, no seu processo, insurgir-se contra a prova, refutá-la adequadamente, mostrar as suas incorreções ou desconformidades com os fatos que constituem o seu objeto.

Oportunidade que foi neste feito concedida.

Assentada essa premissa, passo ao exame da prova.

Emerge dos autos que o autor compareceu no SAAE a fim de reclamar providências relativas a uma cobrança contra si dirigida pela autarquia municipal tendo por fundamento irregularidade no medidor do consumo de água. O autor não se considera responsável, entendendo que a autoria de eventual irregularidade deveria ser comprovada, inclusive porque o imóvel é alugado a terceiro e o autor, embora proprietário, não usufrui do serviço.

Houve discussão acalorada, a partir daí, com a servidora pública que o atendeu. Sustenta o autor que a referida servidora agiu com dolo ou culpa no exercício de suas funções, fato que teria sido reconhecido em sindicância administrativa contra ela instaurada na autarquia municipal. Acrescenta que injustamente a referida servidora provocou a abertura de inquérito policial contra o autor, por crime de desacato que ele não cometeu, fazendo-o passar por fraudador, atingindo sua honra objetiva e subjetiva. Por tais razões postula a condenação do SAAE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ao pagamento de indenização por danos morais.

Com o merecido respeito e consideração à tese do autor, improcede a demanda.

Antes de mais nada, é preciso entender qual a conduta concreta da servidora pública que a autarquia-ré concluiu configurar infração funcional, abrindo ensejo para a punição administrativa que de fato se sucedeu.

Conforme fls. 209, 211, 213 e 215, foram levados em conta os seguintes comportamentos da servidora: ter encaminhado um funcionário em treinamento para atendimento ao autor; ter se exaltado com o autor, com a ressalva de a autarquia nesse ponto abstrair da questão relativa a eventualmente o autor "ter sido ... o primeiro a se exaltar"; ter deixado de solicitar a intervenção de seu superior hierárquico quando a discussão saiu do controle; ter abandonado o atendimento em meio à discussão.

Assim delimitadas as condutas que se caracterizam como infração funcional, verificamos que nem todas elas são relevantes em juízo de responsabilidade civil, o que aliás confirma praticamente a autonomia das esferas administrativa e judicial.

Com efeito, as condutas de "ter encaminhado um funcionário em treinamento para atendimento ao autor", "ter deixado de solicitar a intervenção de seu superior hierárquico quando a discussão saiu do controle", e "ter abandonado o atendimento em meio à discussão", podem até caracterizar violação a normas administrativas ou repercutir sobre a qualidade do atendimento, mas não são condutas capazes de gerar, segundo a teoria da causalidade adequada, qualquer dano a direito de personalidade do autor, de repercutir sobre o equilíbrio psíquico, e, portanto, não geram o dever de indenizar.

É que para a responsabilização civil, não basta o ilícito, não basta o dano, e não basta o nexo de causalidade. É preciso que os três estejam simultaneamente presentes, ou seja: um determinado ilícito seja a causa de um determinado dano. Ora, em relação aos comportamentos acima indicados, não se verifica qualquer nexo causal com eventual abalo psíquico do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em relação ao fato de a servidora ter se exaltado com o autor, se para a esfera funcional o fato de eventualmente o autor "ter sido ... o primeiro a se exaltar" não é relevante, certamente essa circunstância tem relevo no âmbito civil, vez que para a responsabilização da autarquia-ré como consequência do ilícito praticado pela servidora, seria imprescindível que se entendesse que foi ela, servidora, quem deu causa à discussão, o que efetivamente não ocorreu.

Com efeito, em caso de contendas com ofensas recíprocas, no calor dos acontecimentos, para se impor a alguém (ou no caso à autarquia, por conta da conduta de sua funcionária) a responsabilidade pelo fato, é imprescindível a prova acima, o que não há no caso em tela.

Ao contrário. Das oitivas efetivadas na sindicância e no processo criminal, destacam-se as de Leandro José dos Santos (fls. 59 e 177/179) e Marcelo Damalio Goes (fls. 143/147 e 259/262), que presenciaram os fatos com maior atenção e puderam captar todo o desenrolar dos acontecimentos, evidencia-se com clareza que não se pode imputar à servidora pública a discussão que sobreveio.

Calha referir que, no âmbito criminal, após cognição exauriente e sob o pálio de todas as garantias do devido processo legal, embora o autor tenha sido absolvido por não ter praticado crime vez que não agiu com o dolo exigido para a configuração do crime, nem por isso se deixou de assentar ter sido ele o maior causador do imbróglio, para o que recomendo a leitura da sentença, fls. 263/266, e do acórdão, fls. 270/272.

Acrescente-se que a servidora pública não atribuiu ao autor a pecha de fraudador, tendo apenas afirmado que ela, servidora, não poderia isentá-lo de pronto da responsabilidade – inclusive por não ter atribuição para tanto - ante a legislação vigente que atribui a responsabilidade ao proprietário. Aliás, a servidora orientou o autor a quanto ao procedimento para a análise administrativa de seu pleito, de maneira que certamente não se trata de qualquer imputação de autoria no que toca à fraude no medidor de consumo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Prosseguindo, no que toca à conduta de a servidora ter provocado a abertura de inquérito policial contra o autor, por crime de desacato que o autor não cometeu, é preciso ter em conta que a referida agente pública, como qualquer cidadão, tem o direito de denunciar à autoridade responsável informações sobre comportamentos e atitudes que possam justificar apuração na esfera criminal.

Ao fazê-lo, somente em caso de má-fé ou despropósito, responde por danos advindos da *notitia criminis*, ainda que o denunciado, pessoa sobre a qual é lançada a suspeita, tenha sofrido investigação e mesmo que ao final tenha sido absolvido (STJ: 4ª Turma, REsp n. 468.377/MG, Rel. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 23.06.2003; 3ª Turma, AgRg no Ag n. 945.943/MS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, unânime, DJU de 14.12.2007; 4ª Turma, REsp n. 254.414/RJ, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 27.09.2004; 3ª Turma, REsp n. 470.365/RS, Rel. Min. Nancy Andrichi, unânime, DJU de 01.12.2003).

No presente caso, não houve qualquer má-fé ou despropósito da parte da servidora pública, ao formular pedido investigativo contra o ora autor. Tratou-se de exercício regular de direito.

Reputo portanto ausentes os pressupostos da obrigação de indenizar e julgo improcedente a ação movida por João Luiz di Lorenzo Thomaz contra o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 04 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min